

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 27/05/2015

- [Amamentação protege contra poluição ambiental, diz estudo](#)
- [Aprendizado de segundo idioma na infância traz benefícios](#)
- [MP lança campanha para localizar desaparecidos em São Paulo](#)
- [MPT encontra trabalho infantil em plantação de mandioca em Marília \(SP\)](#)
- [Debatedores defendem regras mais rígidas para reduzir consumo de álcool por jovens](#)
- [Parlamentares se unem contra a exploração sexual de crianças](#)
- [Crianças abrigadas elaboram sua história por meio de álbuns](#)
- [Programa Poder Judiciário na Escola amplia parcerias pela educação](#)
- [Corregedoria faz reuniões sobre o Programa Pai Presente em escolas](#)
- [Poderes assinam pacto pelos direitos da infância e da juventude](#)
- [Instituição auxilia na adoção de crianças com deficiência visual](#)
- [Nepal suspende adoções durante 3 meses para evitar tráfico de crianças](#)
- [Jovem de 14 anos condenado a 8 meses de prisão na Áustria por planejar atentado](#)
- [Mulheres e crianças são cada vez mais usadas em ataques suicidas na Nigéria](#)
- [Childhood Brasil no Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016](#)

Assunto: Amamentação protege contra poluição ambiental, diz estudo

Fonte: Portal Andi

Data: 27/05/2015



Nos quatro primeiros meses de vida de um recém-nascido, a exposição a poluentes como o dióxido de nitrogênio e partículas transportadas pelo ar podem causar efeitos negativos no desenvolvimento motor e mental, mas um novo estudo publicado na “Science Daily” da Universidade do País Basco apontou que esses efeitos são combatidos em bebês que são alimentados no peito por suas mães. Pesquisadores na Espanha começaram a monitorar mulheres rurais grávidas em 2006, e analisaram amostras de 638 mulheres e seus bebês aos 15 meses. Eles descobriram que os bebês que são amamentados com leite materno não sofrem com o impacto potencialmente prejudicial de desenvolvimento das chamadas partículas finas (PM2.5) - presentes na fumaça da combustão de óleos ou de cigarros - e do NO2 (dióxido de nitrogênio). Elas são habitantes dos vales Goierri-Alto e Medio Urola, uma parte da província

de Gipuzkoa onde a atividade industrial, rural, e as áreas residenciais convivem. O objetivo da pesquisa é avaliar como a exposição à poluição ambiental durante a gravidez afeta a saúde e também examinar o papel da dieta no desenvolvimento físico e neurocomportamental na infância. Morar em uma cidade com um alto nível de tráfego de veículos ou perto de uma siderurgia significa viver com duas fontes intensas de poluição ambiental. No entanto, a pesquisa, realizada pela pesquisadora Aitana Lertxundi, indica que o efeito nocivo de PM2.5 e do NO2 desaparece em bebês amamentados durante os primeiros quatro meses de vida. A amamentação, então, desempenha um papel protetor na presença destes dois poluentes atmosféricos. Segundo a “Science Daily”, é a primeira avaliação sobre o efeito da poluição ambiental no desenvolvimento da capacidade motora e mental entre a fase pré-natal até que o bebê tenha 15 meses de idade.

Assunto: Aprendizado de segundo idioma na infância traz benefícios

Fonte: Portal Andi

Data: 27/05/2015



O bilinguismo na infância é uma experiência significativa que tem o poder de influenciar o curso e a eficiência do desenvolvimento infantil. O impacto potencial do bilinguismo no desenvolvimento da criança tem surgido como uma preocupação crítica nas sociedades modernas, e em particular no Canadá. Além do comprometimento oficial com uma política nacional de bilinguismo e aquisição de um segundo idioma, o programa de imigração do Canadá transformou o país em uma nação rica em termos de multilinguismo e multiculturalismo. As escolas públicas recebem um grande número de crianças para as quais o inglês ou o francês são um segundo idioma. É imperativo, portanto, compreender o impacto desses backgrounds linguísticos sobre o futuro cognitivo e educacional das crianças. As pesquisas mostram que, ao contrário do que muitos acreditavam, o bilinguismo não provoca confusões, não tem nenhum impacto negativo inerente sobre o desenvolvimento da criança, e tem até mesmo algumas vantagens sociocognitivas. Em especial, crianças bilíngues evidenciam algumas vantagens na compreensão de crenças dos outros e nas necessidades de comunicação de seus parceiros de conversa, na seleção de variáveis importantes para a resolução de problemas, e na consideração simultânea de duas interpretações possíveis de um mesmo estímulo. Obtêm também escores mais altos do que crianças monolíngues em diversos testes de capacidade cognitiva, tais como flexibilidade mental, tarefas não verbais de resolução de problemas, compreensão da origem convencional de designações, diferenciação entre semelhança semântica e semelhança fonética, e capacidade de avaliar a qualidade gramatical de frases. No entanto, é importante o contexto em que ocorre o bilinguismo ou a aprendizagem do segundo idioma. As variáveis que podem afetar os resultados do desenvolvimento bilíngue incluem as atitudes dos pais em relação ao bilinguismo, o status dos idiomas na comunidade e o contexto sociocultural em que a criança vive.

Assunto: MP lança campanha para localizar desaparecidos em São Paulo

Fonte: Portal Andi

Data: 27/05/2015



O Ministério Público de São Paulo (MP) lançou nesta segunda-feira (25) duas peças publicitárias sobre o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID). Os filmes serão veiculados em dez estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. A campanha, focada especialmente na localização de crianças, contará ainda com a fixação de cartazes em 92 estações de trem. A ação marca o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas. Entre 2011 e 2015, foram registrados, no estado de São Paulo, 1.701 desaparecimentos de crianças de até 12 anos. Segundo a coordenadora do PLID, a promotora Eliana Vendramini, o material vai ajudar na conscientização da população sobre o tema. “A ideia é fazer com que as pessoas entendam que isso existe, porque muita gente acredita que isso é uma lenda urbana, e participem da forma que puderem na busca por essas crianças”, disse ao destacar a importância das denúncias anônimas para a solução dos casos. O PLID foi idealizado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro e implantado pelo MP-SP em novembro de 2013. Na ocasião, o órgão paulista criou um canal para divulgação desses casos. Atualmente, o MP recebe denúncias e informações até pelo [Facebook](#). De acordo com Eliana, desde a implantação, o programa já conseguiu diversos avanços no aperfeiçoamento da busca por desaparecidos. Uma das principais conquistas foi a resolução da Polícia Civil de abrir inquérito sempre que houver notificação do desaparecimento de uma criança ou deficiente mental. Normalmente, a investigação só é aberta quando há indício de prática de crime. Atualmente, está sendo montado um banco de dados para centralizar as informações de todos os órgãos que possam ajudar na localização dessas pessoas. “A gente acredita que só quando todos os órgãos dialogarem dentro de um banco único, que cadastre o desaparecido. Assim, vamos achar com mais facilidade”, destacou Eliana. O sistema pretende juntar as informações da polícia, do Sistema Único de Saúde, do Instituto Médico Legal, do Sistema de Verificação de Óbitos e do Ministério Público.

Assunto: MPT encontra trabalho infantil em plantação de mandioca em Marília (SP)

Fonte: Promenino

Data: 27/05/2015

Promenino



Durante investigações em fazendas de mandioca na região de Marília, interior do estado de São Paulo, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) flagraram trabalho infantil e outras irregularidades, como trabalhadores sem registro em carteira, sem equipamentos de proteção e sendo transportados em veículos irregulares, conduzidos por pessoas sem habilitação - o que podem ser indícios de condições de trabalho análogas à escravidão.

Em algumas propriedades rurais, os ambientes de trabalho não ofereciam sequer banheiros e lugares propícios para que os funcionários fizessem suas refeições.

Quatro adolescentes encontrados nas colheitas foram retirados do local imediatamente e, na quinta-feira (21), os responsáveis pelas empresas compareceram em audiência na sede da delegacia da PRF, na qual ficou decidido que os fazendeiros indenizarão os trabalhadores em 50% do piso salarial de suas respectivas categorias profissionais e já providenciaram a regularização infraestrutural de suas propriedades. Os réus também deverão assinar a carteira de trabalho de seus contratados.

O trabalho rural para crianças e adolescentes é proibido pelo Decreto Federal n.º 6.481 e considerado uma das piores formas de trabalho infantil.

Assunto: Debatedores defendem regras mais rígidas para reduzir consumo de álcool por jovens

Fonte: Agência Câmara

Data: 27/05/2015



Debatedores defenderam nesta terça-feira (26), regras mais rígidas para a venda e a publicidade de bebidas alcoólicas como alternativa para redução do consumo de álcool entre crianças e adolescentes.

O pediatra e coordenador do projeto antibagista da Universidade de São Paulo (USP), João Lotufo, afirmou em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família que o consumo de álcool e cigarro já é considerado doença pediátrica.

Ele apresentou dados de uma pesquisa da USP, feita com três mil crianças do ensino fundamental e médio da região do Butantã em São Paulo, que mostram percentuais crescentes de crianças que bebem uma vez ou mais por semana, passando de 1%, no sétimo ano do ensino fundamental, para 19%, no terceiro ano do ensino médio.

Fumo e álcool

João Lotufo destaca que o Brasil foi bem sucedido na política de redução ao fumo, que poderia ser aplicado à bebida. "Diminuiu de 30% de fumantes no País para 11,8%. Nós somos o quarto país em número de ex-fumantes. O que foi feito para o tabaco precisa ser feito para o álcool", destacou.

Ele ressaltou que "aumentou-se o preço do tabaco; proibiu-se a propaganda; limitou-se uso, porque não se usa mais em ambiente fechado". Já em relação à política do álcool, ele observou que "caiu a proibição da publicidade de bebida em horário que criança vê televisão. Hoje, uma criança de seis anos pergunta pro pai 'Pai, o que é ser brameiro?', é isso que está na cabeça de uma crianças."

Hoje, restrições de horário para publicidade previstas na legislação não se aplicam, por exemplo a vinho e cerveja, mas somente a bebidas com teor alcóolico alto (acima de 13° GL).

Força da indústria

O deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) alerta, no entanto, para a força da indústria de bebidas no Congresso: "A gente já propôs, por exemplo, regulamentar a indústria e o comércio, no



A Comissão de Seguridade Social e Família discutiu com especialistas o uso de drogas lícitas e ilícitas na infância e na adolescência.

sentido de colocar avisos nos rótulos sobre malefícios do álcool e restringir nos supermercados os espaços para venda de álcool, e a gente foi derrotado porque o lobby da indústria de bebidas é muito poderoso aqui".

Dependência

O secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore Zilio Maximiano, afirmou que quanto mais cedo começa o uso de drogas lícitas mais prováveis são as chances de dependência de drogas ilícitas no futuro.

Ele destacou mudanças na legislação que contribuíram para diminuição do consumo de álcool, como a criminalização da venda de bebidas para menores (13.106/15) e a Lei Seca (11.705/08) para quem dirigir. As políticas preventivas, segundo o secretário, especialmente nas escolas, é prioridade para o governo.

"Nós capacitamos nos últimos três anos 500 mil pessoas, usando a técnica do ensino a distância; foram 200 mil professores mais profissionais da saúde, da assistência social, lideranças comunitárias, religiosos, enfim, sociedade civil e governo que trabalham com o tema", ressaltou.

O deputado Givaldo Carimbão (Pros-AL), que relatou a proposta de política de combate às drogas da Legislatura passada, lamentou que, depois de quatro anos, nada avançou no País. Ele critica, por exemplo, a ausência de políticas preventivas nos Estados.

Assunto: Parlamentares se unem contra a exploração sexual de crianças
--

Fonte: Agência Câmara

Data: 27/05/2015



Será lançada nesta quarta-feira (27) a Frente Parlamentar contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O grupo deve ser presidido pelo deputado Roberto Alves (PRB-SP).

No ano passado, o Disque 100 recebeu 19.165 denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes e 5.410 de exploração sexual. Outra pesquisa divulgada pelo Ministério da Saúde revelou que, em 2011, aproximadamente 15 mil crianças, de até nove anos, foram abusadas sexualmente no Brasil.

A frente parlamentar pretende unir esforços com entidades públicas e privadas para promover debates e pesquisas sobre o assunto. O objetivo é alertar a sociedade, pais e responsáveis, além de instruir as crianças e os jovens sobre como denunciá-los.

Assunto: Crianças abrigadas elaboram sua história por meio de álbuns

Fonte: CNJ

Data: 27/05/2015

CNJ



As crianças e os adolescentes que vivem em abrigos de São Paulo têm a oportunidade de registrar a sua história de vida em álbuns construídos com a ajuda de voluntários do Instituto Fazendo História. Os documentos, que contam com fotos, desenhos e relatos, auxiliam posteriormente no processo de integração com os pais adotivos e diminuem as chances de “devolução” de crianças adotadas. Desde 2005, a ONG já atendeu cinco mil crianças e adolescentes. Muitas dessas crianças estão à espera da adoção – de acordo com dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, há atualmente 5.646

crianças e adolescentes aptos a adoção no país e 33.594 pretendentes na fila.

Segundo o último Censo Suas, de 2014, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), há 36.032 crianças e adolescentes no país residentes em 2.380 serviços de acolhimento. Estão incluídos abrigos institucionais, casas de passagem, casa lar, casa lar em aldeia, repúblicas e residências inclusivas, entre outros tipos. Das crianças e adolescentes abrigados, a maioria – 18.577 – encontra-se na região Sudeste.

O acolhimento é uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para casos de violação ou ameaça dos direitos das crianças e dos adolescentes. As crianças que moram nas unidades de acolhimento podem estar com processos de suspensão provisória da guarda e serem reintegradas posteriormente à família ou, em caso de perda definitiva da guarda, serem encaminhadas para adoção.

No entanto, como o processo de destituição da guarda é longo e a adoção nem sempre é fácil devido às restrições feitas pelos pretendentes – especialmente em relação à idade da criança e à existência de irmãos – é muito comum que essas crianças vivam por muitos anos nos abrigos, onde constituem vínculos e passam a maior parte de sua infância. No projeto “Fazendo Minha História”, do Instituto Fazendo História, a ideia é que essas crianças que precisam ser separadas de suas famílias possam ter a oportunidade de um atendimento individualizado, com espaço de expressão para falar de sua história.

Registrando a história – Os voluntários passam por uma formação inicial de nove horas, oferecida pelo Instituto Fazendo História, e têm encontros semanais no abrigo, permanecendo no atendimento da mesma criança durante um ano, para fortalecer o vínculo afetivo. Nos encontros, é construído o álbum, que conta a história passada e presente da criança, e feita a

mediação de leitura com livros de literatura infantil. De acordo com a coordenadora do programa Fazendo Minha História, Débora Vigevani, o projeto aproxima adultos e crianças, criando espaços de afetividade e intimidade para que as histórias das crianças possam aflorar. “Os profissionais do abrigo em geral não têm tanto tempo para oferecer um espaço individual às crianças e a gente quer dar voz a elas, para que elas tenham oportunidade de construir a sua história baseada na sua própria versão e se posicionar diante do momento que estão vivendo no abrigo”, conta Débora.

Os álbuns são levados inclusive nas audiências com os juízes, para auxiliar as crianças a apresentar melhor a opinião delas sobre o que estão vivendo. Em caso de adoção, o material torna-se um documento valioso para os futuros pais. “As famílias adotivas sentem necessidade de ter mais informações sobre a história e a família de origem da criança e o álbum tem ajudado a entender a criança, seus hábitos, quem eram seus amigos e as pessoas que foram importantes em sua vida”, conta Débora. Os álbuns também são organizados com bebês, que também participam, durante os encontros, de oficinas musicais oferecidas pelos voluntários.

Apoio pós-adoção – Outro programa recém lançado pelo instituto Fazendo História, o “Histórias Cruzadas”, utiliza a metodologia da criação do álbum e da mediação de histórias para proporcionar encontros entre pais adotivos e conversar sobre os conflitos enfrentados. Até agora, foram atendidas 18 famílias e o instituto recebeu diversos pedidos por parte dos pais para que os encontros mensais continuassem mesmo após o término do programa. “Acredito que quanto mais apoio os pais adotivos tiverem, menos chance teremos de ocorrer esses casos graves de devolução de crianças”, diz Débora. “A criança não é uma página em branco, ela carrega histórias antes da adoção que constituem a sua identidade. A família precisa adotar também as histórias que a criança carrega”, completa.

Novo cadastro – Atualmente, o Cadastro Nacional de Adoção contabiliza em seus registros 33,5 mil pretendentes e cerca de 5,7 mil crianças em busca de uma nova família. Uma nova versão da ferramenta, elaborada pela Corregedoria Nacional de Justiça em 2008, foi apresentada em maio de 2015 e já está em funcionamento. As mudanças foram anunciadas pela corregedora ministra Nancy Andrighi e têm a intenção de tornar o cadastro mais moderno, simplificado e proativo, facilitando o preenchimento pelo juiz e o cruzamento de dados entre os pretendentes e as crianças de todo o Brasil.

A inovação funcionará, inclusive, nos casos de crianças e pretendentes cujos processos estejam tramitando em varas de comarcas diferentes. Nessas situações, sempre respeitando a precedência na fila de adoção, os juízes responsáveis serão notificados eletronicamente para que entrem em contato um com o outro e, assim, deem prosseguimento à adoção.

Assunto: Programa Poder Judiciário na Escola amplia parcerias pela educação

Fonte: CNJ

Data: 27/05/2015



O Poder Judiciário de Mato Grosso está cada vez mais próximo do cidadão. Nesse caminho, desenvolve ações socialmente responsáveis, firma parcerias, dá transparência às suas decisões e investe em educação. Na semana passada (22/5), o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo da Cunha, e a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Erotides



Kneip, assinaram um termo de cooperação técnica com a Polícia Judiciária Civil, a Polícia Militar e a Academia Mato-grossense de Letras para ampliação do programa Poder Judiciário na Escola.

A partir desse ato, ficou instituído o projeto Justiça se Aprende na Escola, que tem como objetivo levar conhecimento às crianças e adolescentes do estado e divulgar as ações e funções das entidades que compõem a rede com interesse no Sistema de Justiça. Para o presidente do tribunal, investir nas crianças é importante porque elas são multiplicadoras de informação. “Isso reflete no futuro e ajuda a moldar a vida da criança para um convívio harmonioso em sociedade”, enfatiza o presidente Paulo da Cunha.

Para a desembargadora Maria Erotides, há uma importante relação entre a missão do Judiciário, a transparência da Justiça e a educação.

Parceiros – Os novos parceiros do Poder Judiciário vão caminhar nessa mesma direção e levar informações para os estudantes de escolas públicas em todo o estado. A Polícia Civil vai apresentar o programa De Cara Limpa Contra as Drogas, que tem por objetivo evitar que crianças e adolescentes tenham contato com o mundo das drogas. “É uma satisfação participar do projeto do Poder Judiciário e compor essa rede de parceiros. Acreditamos que investir nas crianças e na educação realmente é o caminho para combatermos o uso das drogas”, considera o delegado geral da PJC, Adriano Peralta Moraes.

De acordo com o coronel da PM Róberson Dias Pereira, o projeto tende a melhorar as condições de vida das crianças e dos adolescentes, além de auxiliar diretamente no combate à criminalidade. “O benefício de ações como essa é imensurável, uma vez que envolve não só os estudantes como também a família e a escola”, pontua.

Com a assinatura do termo de cooperação, os programas já desenvolvidos pelas instituições parceiras – como o De Cara Limpa Contra as Drogas e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) – passam a compor o projeto Justiça se Aprende na Escola.

Assunto: Corregedoria faz reuniões sobre o Programa Pai Presente em escolas

Fonte: CNJ

Data: 27/05/2015



A Corregedoria do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) realizou, nesta terça-feira (26/5), a primeira reunião de 2015 sobre o Programa Pai Presente na Escola Estadual São José. A intenção da Corregedoria é percorrer todas as escolas da capital e do interior do estado para orientar pais e professores sobre a importância do projeto.

O programa é coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça e objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. O direito à paternidade é garantido pelo artigo 226, § 7º, da Constituição Federal de 1988. Lançado em Roraima em 2012, a iniciativa já proporcionou o reconhecimento da paternidade de diversas crianças e adolescentes que não possuíam o nome do pai no registro de nascimento.

Conforme o juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça de Roraima, Breno Coutinho, inicialmente serão realizadas as reuniões com a finalidade de orientar as mães sobre a existência do Projeto e como ele funciona. Posteriormente, a Corregedoria irá realizar mutirões em todo o Estado com o objetivo de diminuir os índices de crianças e adolescentes que ainda não possuem em seus registros, o nome do pai.

Conscientização – De acordo com Breno Coutinho, é importante a participação da escola nesse processo com a conscientização dos pais e dos próprios alunos. “Com o Programa Pai Presente, pais e filhos são orientados sobre a importância e a facilidade de realizar o registro, mesmo que tardiamente. É importante destacar que o programa não é exclusivo para os estudantes das escolas atendidas. A comunidade em geral também pode participar, basta que procure uma escola onde serão realizados atendimentos do Programa” afirmou.

A declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. Em ambos os casos, é preciso comparecer ao cartório de registro civil mais próximo do domicílio para dar início ao processo.

Quando a indicação do suposto pai é feita pela mãe ou filho maior de 18 anos, as informações são encaminhadas ao juiz responsável. Este, por sua vez, vai localizar e intimar o suposto pai para que se manifeste quanto a paternidade, ou tomar as providências necessárias para dar início à ação investigatória. Caso o reconhecimento espontâneo seja feito com a presença da mãe (no caso de menores de 18 anos) e no cartório onde o filho foi registrado, a família poderá obter na hora o novo documento.

Assunto: Poderes assinam pacto pelos direitos da infância e da juventude

Fonte: CNJ

Data: 27/05/2015



A cerimônia de assinatura do Pacto de Compromisso pela garantia dos Direitos da Infância e Juventude no âmbito do Estado do Amapá ocorreu no salão nobre do Palácio do Setentrião, sede do Governo Estadual, e contou com presença de autoridades dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e Ministério Público Estadual, além de membros da Rede Abraça-me, que representa a união de instituições governamentais e não-governamentais que atuam na proteção de crianças e adolescentes contra violência sexual no Amapá.



O objetivo do Pacto é organizar o funcionamento de serviços no controle social sobre a violência contra crianças e adolescentes no Estado do Amapá, principalmente para ampliar projetos de cidadania, fortalecer o papel dos conselhos tutelares, intensificar ações de apoio às famílias e à proteção das vítimas, bem como a potencialização da Rede Abraça-me de Atendimento.

O juiz Luciano Assis, titular do Juizado da Infância e da Juventude – Áreas de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas, que representou a presidente do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) desembargadora Sueli Pini na solenidade, assinou o Pacto, e elogiou a iniciativa da Rede Abraça-me.

A Rede Abraça-me de Atendimento, criada em 2009, possui hoje 53 membros e atua como agente combativo à violência sexual contra crianças e adolescentes, cumprindo o fluxo de atendimento dos serviços sociais, de saúde e prevenção no Estado.

Assunto: Justiça Comunitária promove curso de mediação de conflitos em escolas

Fonte: CNJ

Data: 27/05/2015



O Programa Justiça Comunitária (PJC) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) está promovendo, em Ceilândia, o curso “Mediação de Conflitos Aplicada no Contexto Escolar”. As aulas, iniciadas no início do mês (7/5), seguem até o dia 16/6, no Centro de Ensino Fundamental 20, tendo como público-alvo agentes comunitários de justiça e cidadania e membros do Círculo da Paz, que representam os segmentos da

comunidade escolar (pais, professores, funcionários, direção, alunos).

A programação do curso traz temas como: ideologias, culturas, comunicação não-violenta, ações de promoção da paz, conflitos e seus aspectos positivos e negativos, meios alternativos de resolução de conflitos, fases e técnicas da mediação, entre outros. Através de exposições dialogadas, debates e outras técnicas, a atividade pretende levar ao ambiente escolar, além de novos conceitos sobre mediação de conflitos, oportunidades de reflexão sobre identidade, necessidades individuais e relacionamentos. Ao final, será proposta a elaboração, em grupos, de um projeto para o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da paz na escola.

Desde 2013, o Justiça Comunitária desenvolve o Projeto Vozes da Paz em escolas da Ceilândia. Por meio de diversas atividades, o projeto tem como principal objetivo a construção da cultura de paz, estimulando a democratização do espaço escolar e propagando a mediação como forma de resolução de conflitos.

Assunto: Instituição auxilia na adoção de crianças com deficiência visual

Fonte: CNJ

Data: 27/05/2015



A adoção de crianças com deficiência – uma das grandes barreiras no processo de adotados com essa característica – torna-se mais tranquila e viável quando as famílias podem contar com o apoio de uma instituição que entenda as necessidades da criança e auxilie nas dificuldades de adaptação no novo lar. Esse trabalho tem sido feito pela Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual “Laramara”, na cidade de São Paulo, que atende crianças cegas e com baixa visão. Esse ano, pelo menos três crianças com esse perfil passaram a ser atendidas pela instituição.



Atualmente, de um total de 5.639 crianças inscritas no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 1.022 possuem deficiências, sendo que, destas, 439 são portadoras de doenças tratáveis e 583 de doenças não tratáveis, incluindo nesse grupo portadores de HIV e deficiências físicas e mentais. Dos atuais 33.596 pretendentes à adoção no CNA, apenas 2.617 não fazem nenhuma restrição em relação à criança ser portadora de alguma doença ou deficiência.

A Instituição Laramara foi fundada em 1991 pelo casal Mara e Victor Siaulys, motivada pelos conhecimentos adquiridos na criação da filha caçula do casal, Lara, que ficou cega devido a retinopatia da prematuridade. Na instituição, as crianças e adolescentes têm acesso a diversos tratamentos de forma gratuita, com profissionais de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e estimulação global. Além disso, é realizado um levantamento socioeconômico da criança para avaliar a situação de vulnerabilidade em que se encontra e oferecer assessoria na defesa e garantia de direitos às famílias.

Desde o início do atendimento, cerca de 10 mil famílias foram recebidas e, atualmente, atende 600 crianças, jovens e adultos integrados em algum tipo de programa ou serviço – dos 295 funcionários em seu quadro, 13 deles têm deficiência visual. De acordo com Anderson Almeida Batista, assistente social há dezoito anos da Instituição Laramara, no caso de crianças que foram adotadas, a instituição se preocupa com a acolhida dos pais. “Começamos todo o atendimento da família. Há muita falta de informação e preconceito que os pais enfrentam, pois as pessoas não entendem e perguntam: como você foi adotar uma criança com deficiência? Isso acaba constringendo as famílias que podem ter seu convívio social afetado”, conta Anderson.

As crianças costumam frequentar o local uma vez por semana, com atividade de estimulação complementar à escola tradicional, como o ensino do braile, escrita para deficientes visuais, e do Soroban, calculadora japonesa desenvolvida para cegos. De acordo com o assistente social, outra atividade importante oferecida pela instituição é denominada “atividades de vida autônoma e social”, que contempla, por exemplo, orientações para que o deficiente visual consiga escolher suas roupas, sair de casa para atividades cotidianas e o uso da bengala.

Desenvolvimento – Dos três casos recentes de crianças adotivas que chegaram à instituição para atendimento, Anderson conta que as famílias, que inicialmente estavam muito preocupadas com a fragilidade dessas crianças, acabaram se surpreendendo com a capacidade delas e a rápida evolução no tratamento. “Toda criança precisa de uma família para se desenvolver. Quando são acolhidas, as crianças começam a fazer tudo com mais segurança”, diz. “Eu vi muitas crianças pequenas recebendo diagnóstico de que não iriam andar, nem falar e, hoje, já cresceram e estão trabalhando normalmente. Os pais que querem adotar uma criança com deficiência não podem deixar que falas negativas influenciem no processo”, diz.

Outro receio comum das famílias que adotam, de acordo com ele, é que as crianças com deficiência visual sofrerão muito na escola. “Em 90% dos casos que atendemos isso não acontece. As crianças são bem recebidas e acolhidas pelos colegas”, diz Anderson.

Assunto: Nepal suspende adoções durante 3 meses para evitar tráfico de crianças

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 27/05/2015

jornal do  commercio



Terremoto de 25 de abril matou mais de 8.600 pessoas e destruiu meio milhão de lares

O governo do Nepal anunciou nesta quarta-feira que suspenderá durante três meses as adoções, para evitar o tráfico de crianças neste país fragilizado pelo mortífero terremoto de 25 de abril.

A decisão faz parte de um plano para a proteção dos menores divulgado depois que meia centena de crianças foram resgatadas recentemente das garras dos traficantes, segundo o ministro de Mulheres, Infância e Proteção Social. "Tememos que os traficantes aproveitem a situação na qual a população se encontra e tomamos decisões para proteger as crianças", disse o porta-voz do ministro, Ram Prasad Bhattarai.

A porosa fronteira entre Nepal e Índia torna o país himalaio muito vulnerável ao tráfico de crianças, um problema agravado desde o terremoto, segundo os especialistas. A polícia e as agências de segurança reforçaram a vigilância para evitar o tráfico.

O desemprego, a pobreza e as consequências de uma década de rebelião maoísta deixaram o país muito exposto ao tráfico de mulheres e de menores de idade. O terremoto de 25 de abril matou mais de 8.600 pessoas e destruiu meio milhão de lares, deixando milhares de pessoas em uma situação de extrema vulnerabilidade.

Assunto: Jovem de 14 anos condenado a 8 meses de prisão na Áustria por planejar atentado

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 27/05/2015



Um adolescente de 14 anos foi condenado a oito meses de prisão por um tribunal austríaco que o declarou culpado de tentativa de atentado em uma estação de Viena, em uma ação que seria atribuída ao grupo Estado Islâmico (EI).

O adolescente, julgado em Sankt-Polten, perto de Viena, que foi condenado a outros 16 meses de prisão com suspensão condicional da pena, admitiu que tentou explodir uma bomba em uma estação da capital austríaca. O jovem, que não teve a identidade revelada e pretendia viajar à Síria depois do atentado, já cumpriu cinco meses da pena em prisão preventiva.

Assunto: Mulheres e crianças são cada vez mais usadas em ataques suicidas na Nigéria

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 27/05/2015

jornal do  commercio

Unicef declara que, pelo menos, 75% dos ataques usaram mulheres e crianças.



Nordeste da Nigéria tem sido afetado pela insurgência do grupo terrorista Boko Haram

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) revelou hoje (26) que mais mulheres e crianças foram usadas em atentados suicidas à bomba no Nordeste da Nigéria nos primeiros cinco meses deste ano do que em 2014.

Em comunicado, o Unicef declara que, em 2014, registaram-se 26 ataques suicidas, em comparação com 27 ataques até maio de 2015, sendo que em pelo menos 75% desses casos terão sido usadas mulheres e crianças.

"[As vítimas] têm sido usadas para detonar bombas ou cintos de explosivos em locais muito frequentados, tais como mercados e estações de autocarros", destaca a agência das Nações Unidas.

O comunicado mostra ainda que, desde julho de 2014, foram registados nove incidentes suicidas envolvendo crianças com idades aproximadas entre 7 anos e 17 anos, todas elas do sexo feminino.

"As crianças não estão instigando esses ataques suicidas; estão sendo usadas intencionalmente por adultos da maneira mais horrível", afirmou Jean Gough, representante do Unicef na Nigéria.

“São antes de mais vítimas, não são autores”, reforçou, ao acrescentar que "muitas crianças foram separadas das famílias, quando fugiram da violência, sem ter alguém para tomar conta delas”.

Jean Gough destacou que, sem proteção familiar, as crianças "estão mais expostas ao risco de exploração por parte de adultos, o que pode levar ao envolvimento em atividades criminosas ou ligadas a grupos armados”.

O Unicef calcula que cerca de 743 mil crianças tenham sido obrigadas a fugir das suas casas devido ao conflito, estimando que o número das que são não acompanhadas e separadas das respetivas famílias possa chegar a 10 mil.

A agência da ONU receia ainda que "a utilização crescente de crianças como bombistas suicidas" faça com elas "passem a ser vistas como potenciais ameaças, o que poria todas as crianças associadas a grupos armados em risco de retaliação e impediria a sua reabilitação e reintegração na comunidade".

No comunicado, divulgado na mesma semana em que está agendada a tomada de posse do novo presidente eleito da Nigéria, Muhammadu Buhari, o Unicef apela às autoridades nigerianas "para que coloquem a segurança e o bem-estar das crianças, em especial as que foram afetadas pela crise no Nordeste do país, no centro da agenda política".

O Nordeste da Nigéria tem sido afetado pela insurgência do grupo terrorista Boko Haram, responsável por numerosos ataques violentos contra povoações e civis daquela região e nos países vizinhos.

Assunto: Childhood Brasil no Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Fonte: Childhood

Data: 27/05/2015



A Childhood Brasil irá contribuir para levar o tema “proteção da infância” aos Jogos. O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro (Rio 2016) tem a missão de organizar um evento sustentável e para isso acontecer vem trabalhando em diferentes frentes.

Através de diálogos com a sociedade civil e influência da Childhood Brasil, o Rio 2016 elegeu a proteção da infância como um tema de alta relevância.

Na liderança dessa pauta, a Childhood Brasil contribuirá para reflexões sobre como levá-la à organização dos Jogos, com estratégias bem estruturadas e passíveis de monitoramento.



Uma primeira rodada de discussões foi realizada este mês, na sede do Rio 2016, com 40 profissionais da sociedade civil e dos Governos municipal e estadual do Rio, além da Secretaria de Direitos Humanos e UNICEF.

Os principais produtos do encontro são os planos de ação e de governança junto ao Rio 2016, sociedade civil e parceiros governamentais, cuja execução será devidamente acompanhada pela Childhood Brasil.

Pesquisa em parceria com a OAK Foundation

Por meio de suas ações de enfrentamento a violações dos direitos da infância em torno da Copa do Mundo de 2014, ficou ainda mais evidente para a Childhood Brasil, a carência de informações sistematizadas sobre este grave problema.

É clara a necessidade de aprimorar os mecanismos de coleta, armazenamento, análise e divulgação de dados para o estabelecimento de medidas efetivas de monitoramento e avaliação.

Pensando nisso, em parceria com a OAK Foundation, a Childhood Brasil vai realizar uma pesquisa para levantar e organizar os principais dados referentes às diferentes violações dos direitos das crianças e adolescentes, com especial ênfase na violência sexual, em três cidades que sediaram o Mundial de Futebol.

Um grupo consultivo foi composto para este estudo. São 15 especialistas, tomadores de decisão, ativistas e pesquisadores, que estão contribuindo em aspectos chave como o aprimoramento do foco da pesquisa, a convergência com outros estudos, a interpretação dos resultados e promoção do uso dos achados da pesquisa.

A primeira reunião do grupo consultivo foi realizada no dia 15 de abril, em São Paulo. A conclusão da pesquisa está prevista para dezembro.